

AS TESES POLÍTICAS

A inflação de junho de 1987, *puxada* inclusive pelos aumentos de preços prévios ao congelamento, sobretudo das tarifas públicas, bateu o record nacional, com 26,06%. Mas a inflação de julho já foi motivo de comemoração, 3,05%. O choque funcionava mais uma vez. A economia, depois da grande crise do primeiro semestre, voltava a um razoável equilíbrio.

Com esse bom resultado — e a relativa calma conseqüente — a política econômica começava a tentar sair do ritmo de emergência. Nas entrevistas deste capítulo, Bresser Pereira começa a apresentar mais concretamente suas propostas para uma nova política industrial, privatizações, abertura da economia para o exterior, modernização capitalista e distribuição de renda.

Foi uma espécie de interregno, ou de preparação para a batalha da dívida externa, que logo começaria.

Entrevista à revista *Senhor*, de 30.7.1987.

P.: O governo Sarney está gerindo a economia através de pacotes que num primeiro momento criam esperanças e, depois, só fazem aumentar as frustrações. Não seria o momento de interromper essa prática e dar a medidas como o Plano Bresser o seu verdadeiro sentido, ou seja, o de arrumar provisoriamente a casa para que o país possa fazer reformas consistentes?

R.: O congelamento é muito importante porque tem como objetivo combater a inflação. A *Folha de S. Paulo* fez recentemente um editorial excelente com um título equívocado: o que falta ao Plano Bresser. E sustentava que falta uma política de distribuição de renda, uma redução das disparidades salariais e o aumento dos impostos sobre os mais ricos. Isto falta à política do governo como um todo. Não é uma deficiência do Plano Bresser. O Plano visa exclusivamente fazer a inflação baixar de 25% para 2%. A nossa tese é que caindo a inflação, se reduzirá a crise financeira e a recessão será estancada, pois a livre empresa sentirá mais segurança na economia. Houve vários erros no Plano Cruzado. Um deles foi que a população, os empresários e os seus próprios formuladores o compreenderam como alguma coisa que visava fazer a redenção do Brasil. Não só seguraria a inflação, mas distribuiria a renda e resolveria todos os problemas internos. Não era verdade. O problema do desenvolvimento econômico e da distribuição da renda, que são fundamentais neste país, têm que ser tratados separadamente. Breve o Plano de Metas do governo estará pronto. Tem algumas relações com o congelamento, mas será muito diferente. Nele serão definidas a política industrial e os objetivos de longo prazo da economia brasileira. O congelamento atual faz parte de um plano limitado. Não podemos confundir-lo com o Cruzado para que não saia tudo errado novamente.

P.: É claro que há limites. A questão é como rompê-los. O grande problema do Cruzado é que caiu no vazio. Não foi acompanhado de reformas estruturais nem de investimentos das grandes empresas e do setor público.

R.: Eu acredito que a longo prazo a coisa mais importante para a economia brasileira é que o governo tenha uma política econômica estável e previsível pelos empresários. Agora, estabilidade exige que o Estado admita que o mercado tem as suas próprias regras e que é necessário deixá-las funcionar até um certo ponto.

P.: Essa estabilidade econômica pode existir sem que o país encontre uma fórmula para renegociar a dívida externa?

R.: Vamos precisar de US\$ 4 bilhões este ano e cerca de US\$ 3 bilhões no próximo ano. São recursos fundamentais para nós. São indispensáveis para que o país pague os juros da dívida, saia da moratória e cresça 5% ao ano. Se os credores concordarem, sairemos da moratória desse jeito. Suponhamos que eles não concordem. Que não queiram fazer negócio. Então, nós persistiremos na moratória e obteremos de qualquer forma os novos re-

cursos. Os investidores brasileiros não precisam ficar preocupados com isso. Eles podem investir tranqüilamente independente ou não de negociação. Pessoalmente, espero que a negociação dê certo. Estou fazendo força nesse sentido.

P.: O problema é que mesmo com negociação o país continuará no dilema de como pagar e ao mesmo tempo investir, não?

R.: O Plano de Controle Macroeconômico que estamos terminando de elaborar deixa claro que podemos crescer 6% este ano e 7% no próximo ano. É uma previsão compatível com o superávit comercial de US\$ 8,5 bilhões em 87 e de US\$ 10 bilhões em 88. Esses números significam que teremos um déficit em conta corrente de aproximadamente US\$ 3 bilhões. O que precisaremos fazer internamente para compensá-lo? Aumentar a poupança interna¹. Ela caiu muito nos últimos anos. O superávit comercial é muito importante para a soberania nacional. Sem ele, não podemos fazer moratória nem negociar com os credores. Mas o aumento da poupança interna também é vital. Principalmente no setor público. Aí é que entra uma questão fundamental: quais são os problemas estruturais da economia brasileira? São dois: um é a dívida externa, o outro é a redução da capacidade de poupança do setor público. Em meados dos anos 70, o setor público tinha uma capacidade de poupança de mais ou menos 8% a 9% do PIB, e esta foi reduzida a zero entre 1984 e 1985. O setor privado não. A sua capacidade de poupança era de 16% a 17% do PIB e se manteve. Não estou aí incluindo a capacidade de poupança do setor externo da economia. As conseqüências dessas mudanças foram a queda dos investimentos públicos de 10% para 6% do PIB e o financiamento do déficit público pelo superávit do setor privado. Essa situação tem levado ao crescente endividamento do setor público que felizmente no momento não é maior do que o crescimento do PIB, mas é preocupante. Daí a importância que passa a ter a recuperação da capacidade de poupança do setor público.

P.: Como?

R.: Fundamentalmente, aumentando as tarifas e os impostos. Teremos de fazer isso nos próximos anos. A redução da capaci-

1. *Capacidade de poupança do Estado ou do setor público*: capacidade do Estado de gerar recursos para investimentos próprios ou para financiar investimentos do setor privado. Quando se fala em poupança interna, o termo se refere à capacidade do Estado mais a do setor privado em gerarem recursos para investimentos.

dade de poupança do setor público resultou da liquidação real da carga tributária líquida do país.

P.: O problema estrutural do país é que passou de importador a exportador líquido de capital?

R.: Essa conversa sobre transferência de recursos é equivocada. O que interessa é o seguinte: o Brasil dos anos 70 fez uma grande dívida, mas também grandes investimentos. Esses investimentos permitem que tenhamos um superávit comercial de mais ou menos US\$ 10 bilhões, como demonstrou brilhantemente o economista Antonio Barros de Castro na *Economia em marcha forçada*. Agora, esse superávit não será assegurado e a economia não poderá crescer 6% a 7% se não formos capazes de aumentar a poupança da economia brasileira, sobretudo a poupança pública.

P.: Os empresários insistem que sem desestatização não haverá aumento das poupanças públicas. Como o senhor vê essa postura?

R.: A campanha contra a estatização deve ser entendida de maneira muito dialética. De um lado é boa por dois motivos: nos anos 70 foi uma forma de os empresários se expressarem contra o regime autoritário e hoje porque nos mostra que o setor estatal é grande demais e em parte deveria passar para o setor privado. É uma conclusão lógica: o setor privado tem poupança e o setor público não. Mas de outro lado essa campanha contra a estatização é muito perigosa. Ela pode manietar o Estado e as empresas estatais e com isso inibir a ação do Estado, que é responsável por todos os investimentos em infra-estrutura fundamentais para o país: transportes, petróleo, aço e energia elétrica. A campanha pode fazer com que o Estado fique sem recursos. O seu resultado final pode ser negativo. Ignácio Rangel, que é um grande economista, há dez anos vem dizendo o seguinte: O Brasil é um país com problemas de capacidade ociosa, excesso de recursos financeiros no setor privado e falta de recursos no setor público. Para ele, a solução é a privatização do setor público. Ele está com a razão.

Nós temos de privatizar parte do setor público e aumentar a sua capacidade de poupança. Se continuarmos gritando contra a estatização, vamos continuar equivocados. Essa é uma batalha já superada.

P.: Por onde se deveria aumentar a privatização do setor público?

R.: Primeiro, é preciso verificar o que mais interessa ao setor privado.

P.: Ou diagnosticarem-se os setores onde o setor público é menos eficiente?

R.: O setor público não é ineficiente. Em certos casos, o setor privado pode até ser mais eficiente. Mas de um modo geral a eficiência das estatais é até muito maior do que se apregoa. O problema é que o setor público não tem dinheiro. A saída é negociar com o setor privado. De que maneira? Talvez, a indústria siderúrgica pudesse ser o ponto de partida para a privatização. É competitiva.

P.: Transporte urbano e telefonia poderiam ser privatizados?

R.: Parte do sistema de transporte já é privado. Acharia ótimo se as ferrovias pudessem ser privatizadas. A dificuldade é que teríamos de garantir tarifas que proporcionassem uma remuneração mínima à iniciativa privada e, paralelamente, dar garantias à comunidade de que a ineficiência seria punida. É difícil estabelecer regras nessas condições. O projeto de privatização é muito complicado. Há complicações de ordem administrativa, de ordem econômica e de ordem jurídica.

P.: Todas essas dificuldades não estariam relacionadas com fatores de ordem política e a incapacidade de tomar decisões?

R.: Não. Vamos esquecer essa mania de dizer que tudo é político. Desta forma, todos os problemas poderiam ser resolvidos através da vontade soberana dos homens. Quando os problemas são estruturais, a vontade soberana ajuda mas não é tão decisiva assim. Nós temos de enfrentar uma série de problemas reais, concretos, contra os quais a nossa vontade tem que se ajustar um pouco. Quando se discute um problema econômico, volta e meia alguém levanta e diz: "Isto é um problema político". Quer dizer, o presidente da República e o ministro da Fazenda são capazes de moldar, através da sua política econômica, a economia brasileira como quizerem. Isso é uma tolice. A economia brasileira é mercado. E mercados têm suas regras, sofrem ciclos de expansão e recessão. Nós temos um problema sério e concreto que é a inflação. Foi administrado politicamente e deu no que deu.

P.: Ignácio Rangel, que o senhor acaba de citar, defende a tese de que é impossível se combater a recessão sem que se eliminem oligopólios. Esse não é um problema político?

R.: Há países onde a economia é altamente oligopozada e no entanto a inflação é de 2% ou 3%. A longo prazo, em termos de inflação realmente baixa, seria preciso que tivéssemos nossa economia mais aberta do ponto de vista comercial e financeiro. Na Espanha, a inflação era de 29% e caiu para 5% ao ano. A infla-

ção não pode ser maior porque o país está de tal forma integrado ao resto da Europa que se tivesse uma inflação forte ficaria em desequilíbrio com relação ao resto do Mercado Comum Europeu. O Brasil, não. Nós estamos isolados. Esse fato tem suas vantagens, mas tem o problema de ver a inflação crescer sem ter o mecanismo de controle da economia internacional.

P.: Isso é perigoso?

R.: Temos de ir caminhando aos poucos. Combinar os mecanismos administrativos ou de política econômica com abertura internacional. Inclusive para tornarmos mais competitivos e termos mecanismos automáticos de controle inflacionário.

P.: Abrir em que direção?

R.: A primeira abertura que precisamos — e os industriais brasileiros estão bem conscientes disso e concordam — é das tarifas alfandegárias e seus controles qualitativos de importação. A proteção para a indústria ainda é muito grande e há casos de produção dupla, de tarifas e controles qualitativos. A CACEX pode permitir ou não a entrada de um determinado produto em função da qualidade ou meramente em função da balança de pagamentos. Se houver abertura, haverá momentos em que o produto nacional perderá terreno, mas em compensação isso fará com que fiquemos com nossa indústria muito mais eficiente e capaz para exportar. Haverá estímulo para competir. Em termos de política industrial, a competitividade é decisiva. E esta não significa apenas competir com japoneses e franceses no mercado norte-americano. Temos de competir também aqui dentro. Não pode haver dois pesos e duas medidas. Inclusive, esta é uma separação artificial. O melhor jeito de o país ser competitivo lá fora é permitir uma razoável competição aqui. Não estou propondo uma abertura total do mercado brasileiro. Estou propondo uma paulatina mas firme redução de tarifas. Em relação à Argentina, por exemplo, nós temos de fazer uma abertura rápida. Arriscar um pouco dos dois lados para aumentar a abertura dos dois mercados e a nossa competitividade.

P.: Nas relações com os países industrializados como seria essa abertura?

R.: Podemos fazer trocas. Reduzimos as tarifas aqui e eles nos dão compensações.

P.: O senhor está colocando a abertura para o lado comercial. E para o capital, como ela seria? O país está disposto a abrir os investimentos também nos campos da tecnologia de ponta?

R.: Em matéria de investimento estrangeiro eu considero o Bra-

sil bastante aberto. Só não permitimos investimentos na informática e nos bancos. Na informática, nossa política é correta. Não vejo razões para mudá-la no momento. Na política industrial, é importante a gente pensar o momento histórico em que estamos vivendo. Nos anos 40 e 50, o desafio era substituir a importação de bens de consumo. Então, criavam-se tarifas alfandegárias ou cambiais para os bens de consumo e se facilitava a importação de bens de capital. Nos anos 60 e 70, criaram-se dificuldades para a importação de bens de capital e se passou a produzi-los internamente. Nos anos 80, temos toda a indústria aqui montada. É uma indústria madura, tecnologicamente competente. Altamente capaz de competir. Portanto, é o momento histórico de baixar as tarifas. É ridículo permanecer prisioneiro das idéias dos anos 40 e 50. Não há porque também fazer reservas para setores de ponta, como a química fina e a biotecnologia. O governo deve, sim, dar estímulos especiais e bem claros para a indústria nacional nesses setores.

P.: Que estímulos?

R.: Não se estimula uma indústria só com a reserva total de mercado. Não vejo sentido nisso. Pode-se, por exemplo, financiar tecnologia.

P.: Por que na informática a reserva de mercado é uma política correta e nos demais casos não?

R.: A nossa indústria de informática é jovem, ao contrário da nossa indústria tradicional, que está bem instalada e tem condições de competir. É a mesma coisa que a química fina e a biotecnologia. A diferença está no grau de proteção que uma e outra precisam. Mas a informática um dia terá de competir. Porque proteção não quer dizer subsídio. Subsídio tem custos para o país. Alguém paga por essa proteção. Portanto, não pode ser eterna.

P.: E a reserva de mercado para o setor bancário?

R.: Banco para mim é uma atividade quase pública. Eles produzem dinheiro. Eles criam dinheiro. Têm de ser altamente controlados pelo Banco Central e devem, em princípio, ser nacionais. Os bancos estrangeiros que estão aqui devem ser mantidos, mas não vejo por que fazer novas aberturas.

P.: Independente disso, há a questão dos financiamentos de longo prazo. Nos países industrializados o capital financeiro associado ao capital industrial é que faz esse tipo de financiamento. No Brasil isso não ocorre.

R.: Realmente, a questão fundamental do Brasil é conseguir fi-

nanciamento de longo prazo. Nós devemos desenvolver políticas para garanti-los. Mas vamos por partes. O capital financeiro é uma invenção do sr. Hilferding, * um influente marxista alemão do começo do século que se baseou em Marx (Lênin viria a se basear em Hilferding posteriormente) e que examinou casos muito particulares da Alemanha no final do século passado e no início deste século. Marxistas desavisados resolveram munir-se dessa teoria do capital financeiro, que era a fusão do capital bancário com o capital industrial, sob o controle do capital bancário, na Alemanha, e a espalharam pelo mundo inteiro. De fato, essa fusão não aconteceu no mundo. E não está acontecendo também no Brasil. Nem é o caso de existir. O que precisamos é de mecanismos de longo prazo para a indústria. O BNDES e o capital externo já foram usados para isso.

P.: O senhor enumerou há pouco os problemas estruturais da economia brasileira. Mas não citou as questões da distribuição de renda e da fragilidade do mercado externo.

R.: O que é um mercado interno sólido?

P.: Um mercado com renda bem distribuída.

R.: Isto é uma das coisas mal colocadas neste país. Mercado interno é PIB. Um país tem um grande mercado interno quando tem um grande produto industrial. Outra coisa que se pode chamar de mercado interno é a distribuição da renda. Eu prefiro falar de distribuição da renda em lugar de mercado interno. Nosso PIB não é forte. Poderíamos ter um PIB muito maior. Mas quando se fala em desenvolver mercado interno, vêm os tolos e dizem que o negócio é não aumentar as exportações. Quando se aumenta as exportações, se aumentam o PIB e o mercado interno e se distribui renda porque aumenta a fabricação de produtos de trabalho intensivo. Taiwan, que exporta uma quantia elevadíssima, tem uma distribuição de renda infinitamente melhor que a do Brasil. Lá o problema é o regime autoritário, mas isto é

* Rudolf Hilferding (1877-1941). Médico, diplomado pela academia de Viena, trocou o consultório em 1906 pela política e os estudos econômicos. Da sua vasta obra, o trabalho mais marcante é o *Capital Financeiro*, que serviu de base para Lênin escrever o clássico *Imperialismo, Estado Supremo do Capitalismo*. Deputado (1920), foi duas vezes ministro da Fazenda da República de Weimar. Ironicamente, em condições que faziam a Alemanha parecer o Brasil dos nossos dias: dívida externa impagável, hiperinflação e ameaça de ruptura democrática. Fato que, aliás, teria um desfecho trágico para Hilferding: ele morreu em Paris torturado pela GESTAPO.

outra história. Do ponto de vista econômico, eles são muito mais prósperos. Por isso, insisto em que a política industrial brasileira tem de ser baseada fundamentalmente na exportação. Preferencialmente de produtos tecnologicamente sofisticados e, de trabalho intensivo. Há 20 anos eu defendo o seguinte: há um erro fundamental em se confundir indústria de trabalho intensivo com indústria tecnologicamente simples e indústria de capital intensivo com indústria tecnologicamente complicada. Nada disso, tem muita indústria que é tecnologicamente complexa, sofisticada, de ponta e de trabalho intensivo. Poderia enumerar várias: aviões, informática, bens de capital sob encomenda etc... Eu quero questionar até que ponto devemos basear nossa política industrial na siderurgia. Eu sei que há vantagens porque temos ferro aqui. Mas falta carvão. Além disso, o aço é um componente que vem sendo cada vez menos utilizado devido às novas tecnologias de produto. Será que não teríamos de mudar para outros campos?

P.: O senhor também tem defendido a tese da hegemonia burguesa e afirmado que com o fim do ciclo autoritário a burguesia está finalmente no poder. Nossa visão é justamente oposta: o país não sai da administração do dia-a-dia justamente porque a burguesia não assumiu o seu papel histórico de reformar as estruturas, enfim, fazer a revolução capitalista.

R.: O Brasil já fez sua revolução burguesa. Começou em 30. Se em 30 se poderia ter dúvida se o país seria ou não capitalista, se em 54 essa dúvida poderia ainda existir e se em 64 também se poderia ter essa questão na cabeça, hoje é ridículo discuti-la. O Brasil é hegemonicamente, firmemente e definitivamente um país capitalista. Por quê? Porque se acumulou capital de maneira muito forte neste país. Também porque a classe burguesa ou empresarial se revelou capaz de promover a acumulação de capital e o progresso técnico. Ou seja, promover o desenvolvimento econômico. Quando uma classe burguesa se torna capaz de fazer isto, de incorporar progresso técnico e acumular capital, ela se torna hegemônica politicamente. E é o que se vê quando se discute, por exemplo, a Constituinte e alguns pensam que a Constituinte vai ser radical. Não vai ser radical coisa nenhuma, porque a hegemonia ideológica e política da burguesia local manda neste país. Nós vamos ter uma Constituinte progressista em algumas coisas. Mas vai ser para consolidar ainda mais o sistema capitalista neste país. O grande desafio dos progressistas é fazer com que essa hegemonia burguesa não se transforme numa he-

gemonia conservadora e resolva o problema fundamental de longo prazo da economia brasileira que é a má distribuição de renda. Porque tem muitos empresários que percebem que essa situação de renda tão desigual é ameaçadora para eles próprios. Portanto, seja um pouco pela luta dos trabalhadores das classes médias, seja porque os próprios empresários têm um pouco de visão a respeito do assunto, eu acho que nós poderemos a médio prazo resolver esse problema também. Agora, não será preciso nenhuma revolução burguesa porque esta já foi feita. O que nós temos é que ser realistas. Mas, quando se diz ao empresário que ele tem poder, ele diz: “Mas como? Eu não tenho poder nenhum”. Tem. Tem um imenso poder. Eu que sou ministro da Fazenda sei o quanto ele tem de poder. Eu, desde que sou ministro, tive uma quantidade enorme de encontros com empresários. Em grupos ou individualmente. Com os trabalhadores só tive um. Gostaria de ter mais. E disse isso aos trabalhadores. Infelizmente, como eles não são a classe dirigente, o ministro da Fazenda é obrigado a falar muito mais para os empresários nacionais e multinacionais. Seria importante neste país que os trabalhadores e a classe média tivessem maior participação no processo. Mas para isso eles têm de ver o Brasil como um todo. A burguesia vê o Brasil como um todo. Como classe dominada, os trabalhadores têm dificuldade de fazer isso. Eles vêem o Brasil do ponto de vista dos salários deles. Que é uma parte da coisa. Importante mas não é tudo, não.

P.: O congelamento será um teste decisivo para o governo Sarney e para a política de contenção da inflação. O senhor acredita que neste clima de pessimismo e impopularidade que cerca o governo há possibilidades de êxito?

R.: Plenamente. Eu sou otimista. Esse país é uma maravilha.

Entrevista a Miriam Leitão, do *Jornal do Brasil*, de 9.8.1987.

P.: Será necessário instalar no país grandes zonas de exportação² ao estilo da Coréia? É este o melhor futuro que nos espera, ser uma grande Coréia?

2. *Zonas de exportação*: áreas onde empresas, em geral multinacionais, podem instalar-se, praticamente livres de impostos e taxas, para produzir mercadorias destinadas apenas à exportação. *Zona franca*: áreas onde empresas também têm

R.: Há uma grande confusão sobre isso. Eu ouvi que o que se queria era fazer zonas francas. Transformar o Nordeste numa zona franca é um escândalo. Acho que, ao contrário, nós temos que rever e reduzir um pouco o excesso de incentivos e privilégios que existem na Zona Franca de Manaus que criam problemas sérios para a indústria brasileira. Eu descobri, por exemplo, que o televisor não paga IPI neste país, porque vem da zona franca. Não vejo sentido nenhum nessa história. O que o meu Ministério está fazendo é a revisão de todo o sistema tarifário brasileiro, e a partir daí pretende-se reduzir os controles quantitativos, por cotas; mas não liquidá-los porque nenhum país fez isso e sou totalmente contra a liberação total. Mas é preciso liberalizar um pouco, porque isso obriga à competição e isso estimula o desenvolvimento tecnológico e a modernização. Para obter a modernização da indústria brasileira é preciso ter em certos casos protecionismo, e em outros casos e cada vez mais é preciso abertura.

P.: Como é que o senhor se sente, sendo filiado ao PMDB, partido que sempre defendeu juros baixos e redistribuição de renda, sendo ministro da Fazenda numa época em que se registra o menor salário mínimo e a maior taxa de juros reais da história?

R.: Eu me sinto muito bem no PMDB. Estou no partido há muitos e muitos anos. As minhas convicções político-ideológicas de centro-esquerda coincidem basicamente com a linha mestra do PMDB. A partir de algumas posições radicais, seja de esquerda, seja nacionalistas, a imprensa resolveu fazer um boneco do que é o PMDB. A partir desse boneco feito pela imprensa fica difícil entender o que é esse partido. A Fundação Pedrosa Horta publicou um livro sobre o PMDB e as eleições com todos os artigos que escrevi sobre o PMDB e sua vocação de centro-esquerda, social-democrata, e acho que valeria a pena que muitos jornalistas lessem. Seria muito interessante que o PMDB se inscrevesse na Internacional Socialista, conjuntamente com os partidos social-democratas da Alemanha, Inglaterra, Espanha, França, Itália e Venezuela, para que se percebesse o que é um partido social-democrata. E para que a imprensa e os próprios eleitores pudessem perceber que a ideologia social-democrata, que é do PMDB na

benefícios fiscais — isenções de impostos —, mas produzindo para o mercado interno. É o caso da Zona Franca de Manaus, onde as empresas não pagam Imposto sobre Produtos Industrializados nem Imposto de Renda. O objetivo de uma zona franca é levar desenvolvimento a uma região, incentivando indústrias a lá se instalem. Em geral, o benefício é concedido por prazo limitado.

prática, se compatibiliza perfeitamente com o capitalismo moderno. E se percebesse também que não há nenhum conflito entre o que eu estou fazendo em termos de política econômica e o ideário do PMDB.

Eu não gosto de taxas de juros altas, e as taxas estão baixando, mas mais importante que manter juros baixos é respeitar as leis econômicas. A grande maioria dos líderes do partido são pessoas competentes e racionais e que compreendem que não poderia haver uma corrida para ativos reais ou para o consumo. O PMDB é um partido que tem uma vocação democrática radical, uma vocação social moderada e cada vez se compromete mais com uma visão moderna do capitalismo brasileiro. Querer transformar o PMDB num partido populista como quer a imprensa é um escândalo. Isto ele nunca foi.

P.: Quando o senhor avisa que vai taxar mais os ricos porque é preciso aumentar a carga tributária, está falando de altos salários ou ganhos de capital? O que o senhor quer dizer exatamente com ricos?

R.: Necessariamente tem que incluir os capitalistas, os proprietários, os rentistas, mas tem que incluir também os altos salários. Não há nenhuma razão para que os altos salários não paguem mais imposto também. O fundamental é que os proprietários de capital no país pagam muito pouco imposto.

P.: O senhor tem repetido várias vezes que só dará aumento de preços depois de aumentar os salários, mas nos últimos dias têm sido aprovados vários aumentos de preços. Eu gostaria que o senhor explicasse a estratégia do governo. Haverá algum aumento de preços dos produtos da cesta básica antes que haja um efetivo aumento de salários?

R.: Não haverá aumento de preços da cesta básica este mês. No próximo mês terá que ser definida a primeira URP, que estará baseada na inflação de julho e agosto, que reajustará os salários de setembro, outubro e novembro e servirá de teto para os preços das empresas. É importante ficar claro que o tabelamento vai continuar. Nós vamos apenas mudar o patamar do congelamento por uma URP que será de 3,5% ou 4%, dependendo da inflação de agosto. Vamos apenas começar a liberar preços por setor, como por exemplo o de confecções e móveis.

P.: O abono salarial dado tem o objetivo de enfraquecer a greve do dia 20, ou o governo temia a repetição dos acontecimentos dos ônibus no Rio de Janeiro?

R.: Eu espero que a greve do dia 20 não ocorra. Tenho certeza

que não está bem-sucedida, porque ela não reflete uma necessidade da sociedade. O que a sociedade precisava era que a inflação parasse, e a inflação parou; o que os trabalhadores precisam é que os salários acompanhem o aumento da produtividade e a nova legislação permite isto. Não estou sentindo mobilização para a greve. Eu estou dizendo desde o começo que não haverá aumento de preços antes de aumento de salários, e esta é uma posição do governo, uma política de longo prazo.

P.: Depois do seu primeiro encontro com o PMDB, o senhor tem avançado mais na tentativa de convencer o “dr.” Ulysses da necessidade de negociar um acordo com o Fundo Monetário?

R.: Esse assunto não está me preocupando porque não está colocado. É só colocado pelos jornalistas que insistem em fazer notícia do que não é notícia.

P.: Somos nós que falamos que o Brasil precisa ir ao FMI, ou são os banqueiros, o Banco Mundial e o governo americano?

R.: A decisão de que o Brasil não vai ao FMI antes de fazer um acordo com os bancos já está tomada. Eventualmente o Brasil irá ao FMI desde que não haja a vinculação com o acordo com os bancos. Agora o que é fundamental é saber como andam as negociações com o banco.

P.: Algumas pessoas criticam sua posição sobre a moratória argumentando que a suspensão do pagamento dos juros foi um “bode” colocado na sala dos banqueiros, e o senhor com sua posição de anunciar previamente que o Brasil vai acabar com a moratória estaria, na verdade, tirando o “bode” da sala sem garantir nada em troca?

R.: Eu tirei o “bode”? Essa avaliação é de gente muito incompetente. Primeiro eu considero que a moratória não é um “bode”. É uma decisão soberana tomada com grande competência pelo presidente da República com a participação do ministro Dilson Funaro no sentido de proteger as nossas reservas. Dada a inexistência de mercado voluntário para a dívida brasileira, a moratória é um instrumento natural de negociação.

P.: O senhor não estaria enfraquecendo esse instrumento ao admitir acabar com a moratória?

R.: Um país em moratória está pronto a sair dela, no momento em que obtiver condições para isso. Eu não farei nenhum acordo com os bancos vinculados ao FMI porque não quero decretar a moratória a cada três meses. Porque cada vez que o Brasil não atingisse uma meta qualquer e os bancos suspendessem os desembolsos para nós, as nossas reservas iriam diminuir e o Brasil

teria que entrar novamente em moratória para garantir as reservas. Queremos fazer um acordo com os bancos com uma única condição, que nós paguemos os juros, o que é razoável.

P.: Seis meses depois da moratória, o que o Brasil tem de concreto são reservas abaixo da época da moratória, os exportadores e os bancos que atuam no exterior reclamando do encarecimento e do encurtamento das linhas de curto prazo...

R.: Então a conclusão é que a moratória é um fracasso? Não. É com base na moratória que nós vamos negociar com os bancos. O custo da moratória é baixo, o que nós precisamos é saber defender os interesses do Brasil, e a moratória é uma forma correta de fazer isto.

**Entrevista a Aloysio Biondi, Sílvio Mário Santos,
Anamércia Vainsencher e Lauro Filho,
do *Diário do Comércio e Indústria*, de 10.8.1987.**

P.: O senhor poderia começar fazendo um exame global do Novo Cruzado, os sucessos, as dificuldades que o Plano enfrenta.

R.: Eu acho que o Plano deu resultados. Por enquanto são bastante bons os resultados, mais ou menos de acordo com o planejado porque a inflação realmente foi baixada e comprovou que era inercial e todos estavam com vontade de parar. E o congelamento foi um sinal, um sinal que a sociedade entendeu e resolveu parar com a ciranda de aumento de preços que estava sendo destrutiva para a própria economia. O governo não tinha sustentação para impor aquilo que dizia respeito ao Plano. A população não estava disposta a fiscalizar custe o que custar... mas todos perceberam que estava havendo um jogo louco de aumento de preços e resolveram parar. E pararam. Agora há alguns empresários que querem voltar ao jogo louco, quando começam a falar em aumento de preço de 40%. Isso é loucura, isso não existe. Apresentam planilhas de custos que ignoram margem de lucro, ignoram o problema da curva de preços durante o mês, querem fazer o reajuste pelo pico.

P.: Há denúncias de que o CIP estava desestruturado, sem condições para controlar preços. E que houve, mesmo, casos de desaparecimento de planilhas de custos.

R.: Realmente, o CIP havia sido totalmente desestruturado nos últimos anos, e é uma tarefa difícil, mas eu estou animado com o trabalho que eles estão fazendo. As informações não são perfei-

tas, não há dúvidas, só agora eles estão tendo microcomputadores lá, por exemplo. Mas eu acho que nós não devemos trabalhar apenas com planilhas de custos. E o que o CIP faz especialmente num processo desses, de flexibilização, de descongelamento gradual? Ele faz as vezes do mercado e busca conter os abusos. E tem que fazer isso com base em tentativa e erro, tateando para que o mercado vá se ajustando. Aliás, o elemento fundamental do CIP não é planilha de custo. São os balanços, demonstrações de lucros e perdas. É isso o que interessa para nós.

P.: Como vai o descongelamento?

R.: Nós estamos agora num período de flexibilização informal em que temos os aumentos de alguns preços que estavam muito atrasados, como óleo, eletrodomésticos, temos a redução do preço do automóvel porque tivemos que tirar o IPI, embora com um aumento para os fabricantes de aproximadamente 20%, e temos um abono que está sendo dado de Cz\$ 250,00 para quem ganha até Cz\$ 10 mil. Mas não significa o fim do congelamento. Significa simplesmente que houve uma mudança de patamar no congelamento. Quer dizer, o próprio congelamento começa a desaparecer, de fato, quando alguns setores da economia, já a partir de setembro, serão liberados, como o caso de confecções e móveis. São setores muito competitivos. Não há nenhuma razão para você querer controlar isso. E ainda tem outros setores, mais específicos, que poderão ser liberados também. Isso será feito através de portarias, e o congelamento vai desaparecendo pelas bordas. Agora, é claro que esse descongelamento só faz sentido se ao mesmo tempo a economia não estiver superaquecida.

P.: O senhor não acha que o achatamento foi cavalariagem para que depois se pudesse negociar?

R.: O achatamento também não foi cavalariagem. Houve uma redução de salário real muito grande a partir de novembro de 86. Tudo o que aumentou a partir de, ou até um pouco mais do que aumentou, de março de 86 foi perdido entre novembro e junho. Agora, já houve uma recuperação, que eu insisto, de 10%. Quer dizer, temos quase a metade do que foi perdido. Agora, esse abono tem como sentido fundamental demonstrar que estamos respeitando o compromisso do nosso próprio plano de não fazer um aumento de preços antes de aumento de salário. Agora, o abono nesse valor é que me parece uma coisa distributiva, que está de acordo, inclusive, com as diretrizes do Plano Macroeconômico. Foi uma coisa nova, diz lá que nós vamos dobrar o salário mínimo, em quatro anos. Quer dizer, aproveitamos para fa-

zer uma coisa que é fundamental, que é a desvinculação do mínimo em relação aos demais salários através da criação do Piso Salarial Nacional, que era uma antiga idéia minha. De forma que, quer dizer, este abono salarial está perfeitamente de acordo com os nossos planos.

P.: A Federação do Comércio recomendou que quem puder antecipar resíduo o fizesse. A FIESP também...

R.: É bom lembrar que na parte de salários nós estabelecemos meramente um sistema de antecipações, que são as URPs. Na data-base é livre a negociação. E nesse momento você pode, se quiser, antecipar o resíduo, e se tiver aumento de produtividade no setor, pode até dar aumento de produtividade para os trabalhadores.

Se der mais que a produtividade, isso é suicídio para todos. Aquela categoria pode ser que ganhe um pouquinho naquele momento, mas depois a sociedade inteira perde e eles também.

P.: Sobre salário, inclusive, eu queria fazer uma pergunta não conjuntural: se os salários no Brasil são baixíssimos, tem sentido essa explicação de que os aumentos de salários mesmo acima de produtividade causariam inflação? Quer dizer: quando é que os salários no Brasil poderão acompanhar os padrões internacionais sem provocar inflação?

R.: Em primeiro lugar, os salários no Brasil não são baixíssimos. No Brasil, o leque salarial é imenso. De forma que os salários mais baixos são baixíssimos. Mas os salários mais altos são altíssimos. Os salários médios na Argentina são muito mais altos que no Brasil. Então, economistas argentinos, nesse processo de integração com o Brasil, fizeram um estudo para ver como ficava a competitividade da Argentina com o Brasil. Chegaram à conclusão de que os salários mais altos da Argentina eram os salários do pessoal não qualificado. Agora, quando chegava a operários semiqualeificados ou qualificados, os salários da Argentina já eram iguais aos do Brasil. Certamente, os salários dos executivos brasileiros são bem mais altos que os da Argentina. Isso é um leque salarial absurdo que há neste país. E que era realmente preciso reduzir. Medidas como do piso nacional de salários ajudam nesse sentido, mas são necessárias outras medidas para que aos poucos vá se reduzindo o leque salarial.

P.: Quando se tentou isso anteriormente, com a política salarial de reajuste em cascata³, houve uma grande reação. Inclusive, o

3. *Reajuste salarial em cascata*: reajuste diferenciado, maior para os salários

seu plano fala de mantermos valores absolutos das faixas mais altas exatamente já com medo dessa reação.

R.: Mas isso eu acho que é culpa fundamentalmente dos líderes sindicais. Realmente houve uma grande reação. Entre 79 e 85 o governo conseguiu reduzir o leque salarial. Mas a classe média se considerou prejudicada, como estava sendo de fato. E a partir de 85 começou a haver uma sistemática recuperação desse poder. Agora, o que se sentiu nesse processo todo é que essa política foi uma política do governo, que não teve o respaldo dos líderes sindicais...

P.: Se falava na distribuição da miséria e não da renda...

R.: Isso é demagogia. Quer dizer, os líderes sindicais realmente pareciam... quer dizer, foram dominados pela ideologia da classe média, que é dominante, evidentemente, inclusive dos jornalistas (risos) que fazem parte da classe dos intelectuais, exatamente (risos), exatamente... E foram derrotados. Inclusive dentre os próprios trabalhadores também existem, digamos, certas categorias — e sabemos muito bem — que seriam prejudicadas se houvesse a redução do leque salarial. Agora, eu considero isso (essa redução do leque salarial) uma prioridade nacional, mas que só se realiza no momento em que os trabalhadores se conscientizarem que esse é um programa. Enquanto isso não houver, enquanto for só uma preocupação do governo, nós não vamos muito longe nisso.

P.: Em sua primeira entrevista à TV, o senhor dizia que devia haver outras reivindicações por parte do movimento sindical. O senhor falava em reforma agrária, em reforma tributária. Que isso é a redistribuição de rendas em caráter permanente, um ganho social permanente. O senhor acha que isso avançou alguma coisa?

R.: Enquanto os trabalhadores não têm sido firmes em matéria de reivindicar uma redução do leque salarial, eles têm sido muito firmes em reivindicar reforma agrária. Sobre a reforma tributária, talvez eles não tenham sua necessidade muito clara para eles próprios, mas falam também. E o que eu dizia era que, quando se fala em pacto social, é melhor falar em pacto político do que em pacto social para ampliar a pauta de negociação. Então, você negocia o salário, concorda em ter certas limitações no aumento

mais baixos, e menor quanto maior for o salário. Naturalmente, isso reduz a diferença entre as remunerações maiores e menores.

dos salários, porque senão a inflação explode e não adianta nada, mas em compensação você consegue estruturalmente mudanças muito mais importantes como a reforma agrária — absolutamente fundamental para este país, inclusive — e a reforma tributária. Agora, por que não se faz reforma agrária no Brasil?
P.: Era a minha pergunta.

R.: Porque no jogo de forças da sociedade brasileira ainda não há um peso suficiente para a reforma agrária. Porque a Justiça não ajuda, porque não há recursos para fazê-la, porque ninguém tem coragem para fazer um imposto para valer em cima da terra não produtiva, ou do latifúndio seja qual for ele, mas especialmente o improdutivo. Eu estive lendo recentemente um trabalho extraordinariamente bem feito sobre desenvolvimento da economia do Japão, da Coréia e de Taiwan, que tiveram o mesmo desenvolvimento e têm uma estrutura de renda infinitamente melhor do que a brasileira ou latino-americana. A base de todo esse desenvolvimento foi uma reforma agrária muito grande, limitando a propriedade da terra, seja produtiva ou improdutivo. Isso foi feito logo após a Segunda Guerra Mundial.

P.: Sobre privatização, exatamente: por que não se pensa em pulverizar as ações, se em todos os países, na França, na Inglaterra, realmente a venda foi um sucesso?

R.: Acho que a dificuldade maior com a privatização no Brasil é que o mercado de capitais no Brasil é pequeno. De forma que você fazer a estratégia, digamos, que os franceses, os ingleses usaram principalmente para privatizar que foi lançar na Bolsa...

P.: Mas o lançamento de ações do Banco do Brasil só conseguiu atender aqui um décimo dos interessados. Não será um mito? Fica-se insistindo em que o mercado é pequeno. E o dinheiro que está na poupança?

R.: Acho que deve experimentar. Uma coisa que tenho dito com bastante insistência, é que um dos motivos fundamentais para se fazer privatização no Brasil é que o setor privado nos últimos 10 anos ficou rico e o setor estatal ficou pobre.

De forma que o setor estatal não tem condições de realizar os investimentos necessários correspondentes às empresas que tem, ou às áreas em que atua. De forma que seria muito bom que houvesse a privatização. Veja: num dia desses, por exemplo, me visitaram os líderes da indústria do aço do Brasil. E eu perguntei a eles: por que está andando devagar a privatização, hein? E eles aí me disseram uma série de coisas. E eu: mas vocês não estão dispostos a comprar essas empresas? Eles: é, estamos, mas é um pou-

co difícil. Eu estava pensando nas grandes empresas. De repente, depois de uns cinco minutos de conversa, eu percebi que o que estava difícil era comprar as pequenas. E, eu estava pensando se eles não eram capazes de comprar ou imaginar montar um esquema para comprar a COSIPA, para comprar Tubarão, USIMINAS, AÇOMINAS... Isso é que era bom. Esse é um setor que não há nenhuma razão, a meu ver, para ficar no setor público. Devia ser privado. Inclusive, não é monopólio. O único motivo pelo qual o Estado entrou nisso nos anos 40 e 50 foi porque o setor privado não tinha capital. Muitas dessas empresas começaram no setor privado e o setor privado não teve condições e passou para o setor público. E agora? Há inclusive idéia de fazer grandes investimentos nessa área. Acho que só vale a pena fazer investimentos nessa área se o setor privado quiser fazê-lo.

P.: Sobre a negociação da dívida...

R.: Eu queria dar uma notícia para vocês. Eu fui informado de que houve uma reunião anteontem em Nova York, de trinta e um bancos, convocada pelo Comitê de Bancos. E nessa reunião eles teriam revelado pessimismo em relação às possibilidades de negociar a dívida com o Brasil... Inclusive porque o ministro — isto é, eu — teria mudado de atitude em relação a eles, e voltaram a insistir no pagamento simbólico (dos juros, suspensos com a moratória) e deixaram ameaças veladas de endurecer o jogo. Eu gostaria de fazer um comentário sobre isso, sobre essa notícia que eu recebi. E que, inclusive, depois disso, o Bill (William) Rhodes telefonou para o Antonio de Pádua Seixas, o diretor da dívida externa do Banco Central, insistindo na necessidade de pagamento simbólico. Em primeiro lugar, em relação ao pagamento simbólico, a resposta que eu dei ao senhor William Rhodes, que seria importante que os banqueiros do mundo inteiro soubessem, foi a de que já que nós vamos iniciar a negociação da dívida em setembro e já que a data-limite para eles é 25 de outubro, que eu esperava que nesse prazo nós encerrássemos a negociação, de forma que não havia nenhuma necessidade de pagamento simbólico. Se essa negociação não se completasse, mas tivesse avançado e se nós tivéssemos reservas disponíveis na época, poderíamos fazer algum pagamento antes do dia 25, por aí, seria entre 20 e 25 de outubro, quando se reúne a comissão que classifica os créditos dos bancos.

Então, isso em relação ao tom. Quanto à idéia de endurecer o jogo, que transpareceu em toda a reunião, acho que isso não interessa a eles nem a nós. Agora, o que eu tenho certeza é de que

os prejuízos serão mais deles do que nossos , caso endureçam.
P.: A que o senhor atribui essa mudança de atitude? O senhor estava bem otimista em relação às negociações com os bancos estrangeiros...

R.: Mas eu estou muito otimista. As ameaças deles fazem parte ... das negociações... Por que eles dizem que houve uma mudança de atitude de minha parte? É porque o ministro simplesmente disse quais são os interesses do Brasil. E os interesses do Brasil são *spread* zero e negociação desvinculada do FMI.

P.: O senhor considerava possível a aceitação do *spread* zero?

R.: Mas eu considero possível. Mas é claro que é possível.

P.: Mas seria a primeira vez...

R.: Mas é claro , há sempre uma primeira vez. O *spread* era 2%, baixou para um e um quarto, depois baixou para treze dezesseis avos, mais ou menos 0,8%, e por que não baixa para zero agora? O senador Roberto Campos disse que era absurdo que baixasse para zero porque como é que os bancos iam remunerar os seus custos operacionais e obter lucro com *spread* zero? Mas o senador devia saber que nós estamos propondo pagar a LIBOR, taxa de juros londrina. O *spread* existe para cobrir taxa de risco. Ora, qual é o risco que os bancos têm em financiar juros do Brasil? É rigorosamente zero. Por quê? No financiamento de juros, eles em média nos dão um dólar e nós pagamos dois. No mesmo ato. Portanto, na verdade, eles não dão um tostão, um centavo de dólar para nós. Então, não há risco nenhum. E, se não há risco nenhum, não faz sentido nenhum cobrar *spread*. Além disso, somando o fato de que existe um desconto sobre a dívida brasileira de 45% no mercado secundário, por que a gente vai pagar *spread*?